BAYER S.A.

São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Relatório da Administração

O Grupo Bayer

Fundado em 1863 na Alemanha, o Grupo Bayer é uma empresa global com competências nas áreas da saúde (Bayer HealthCare), ciências agrícolas (Bayer CropScience) e materiais inovadores (Bayer MaterialScience).

Sua história no Brasil é conhecida por mais de 115 anos de tradição. Tudo começou em 1896, quando dois consultores técnicos da Bayer desembarcaram no Rio de Janeiro com a missão de levantar as possibilidades comerciais da jovem República. Nesse mesmo ano foi fundada a primeira representante dos produtos Bayer no Brasil, a Walty Lindt & Cia. Devido ao grande sucesso, em 1921, foi fundada a Chimica Industrial Bayer Weskott & Cia., que, além de importar e comercializar os produtos da Bayer alemã, iniciou a produção local de medicamentos, alavancada por Aspirina® e CafiAspirina®.

Hoje com 3.900 colaboradores em todo o País, a Bayer Brasil está entre as dez maiores operações do Grupo Bayer no mundo.

Atuação no mercado

A Bayer no Brasil é dividida em três divisões de negócios:

Bayer HealthCare

Com produtos inovadores para a prevenção, diagnóstico e tratamento das mais diversas doenças, a Bayer HealthCare tem soluções completas, utilizando tecnologia de última geração, para a saúde humana e animal.

A Bayer HealthCare é formada por quatro diferentes áreas de negócios. A principal é a área farmacêutica, a partir da comercialização de medicamentos com prescrição médica. Outra área é a Consumer Care, de medicamentos isentos de prescrição. Diabetes Care e Saúde Animal também compõem o portfólio da Bayer HealthCare no Brasil e no mundo.

Bayer CropScience

Com um amplo portfólio de produtos e uma eficiente rede de pesquisa, a Bayer CropScience é líder mundial em defensivos agrícolas e controle de pragas não-agrícolas. Presente em mais de 120 países, as atividades mundiais da Empresa englobam os segmentos de Crop Protection (Proteção de Cultivos), voltado para o controle de ervas daninhas, doenças e pragas na agricultura; Environmental Science (Saúde Ambiental) que combina o controle profissional de pragas com os segmentos doméstico e de jardinagem; e BioScience (Biociência), que abrange os negócios de sementes convencionais e biotecnologia.

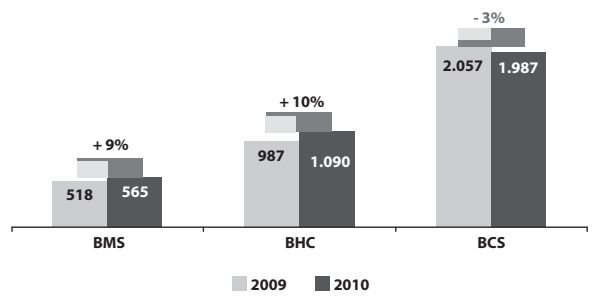
Bayer MaterialScience

Com a missão de transformar ideias em soluções criativas e inovadoras, a Bayer MaterialScience é especializada em polímeros e sistemas de alta tecnologia e fornece matérias-primas para a indústria de importantes mercados nacionais e mundiais. Entre seus principais clientes estão as indústrias automotivas, de construção civil, calçadista e moveleira, o setor de eletroeletrônicos e fabricantes de materiais esportivos e de lazer, embalagens e equipamentos médicos.

Resultados & Indicadores

A Bayer no Brasil registrou em 2010 crescimento de 2% em seu faturamento em comparação com o ano 2009. Suas vendas totais e líquidas somaram R$ 3.651 milhões (2009: R$ 3.575 milhões). A divisão Bayer HealthCare, dedicada aos Cuidados com a Saúde, registrou um salto de 10% de crescimento no período. Já a Bayer MaterialScience, de Materiais Inovadores, após um ano 2009 sensível em decorrência da crise econômica mundial, alavancou suas vendas em 9%. A Bayer CropScience, por sua vez, retrocedeu suas vendas em 3% no ano 2010.

Valores em milhões de reais:



Bayer: uma empresa guiada para o futuro

Os produtos e serviços da Bayer são projetados para beneficiar a população e melhorar sua qualidade de vida.

Guiada pelo lema "Ciência para uma Vida Melhor" (Science for a Better Life), a missão da Bayer resume suas metas, estratégias e valores. Hoje e no futuro, o foco da Bayer é a inovação e o crescimento nas áreas de saúde, ciências agrícolas e materiais inovadores.

O orçamento para P&D do Grupo Bayer, por exemplo, tem sido o maior da indústria química e farmacêutica na Alemanha já há vários anos. E o fortalecimento da capacidade de inovação da Bayer é uma área de especial foco. Dessa maneira, em 2010, o Grupo aumentou suas despesas com P&D em mais de 11% para o recorde de aproximadamente € 3,1 bilhões.

As pesquisas estão concentradas na busca de soluções para os grandes desafios do futuro. Em 2050, a população mundial vai ultrapassar nove bilhões de pessoas. Paralelamente, a expectativa de vida das pessoas é cada vez maior. Isso significa que a necessidade de serviços de saúde também está crescendo, desde o diagnóstico até o tratamento de doenças. Com o aumento da população, também haverá uma demanda maior por alimentos de alta qualidade. Nesse campo, o negócio da Bayer CropScience oferece soluções para o aumento da produtividade. Nesse contexto, destaca-se ainda a necessidade de tornar mais eficiente o uso de energia e outros recursos, áreas nas quais a MaterialScience certamente pode contribuir.

No Brasil, a Bayer tem uma grande importância na área de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D). Além de um Centro de Pesquisa e Inovação para a Bayer CropScience localizado em Paulínia (SP), a Bayer tem no Brasil laboratórios de pesquisa e a unidade de serviços técnicos da Bayer MaterialScience para atender toda a região América Latina. Na área de Saúde, o Brasil se destaca por ser o Centro Global de Farmacovigilância, atividade essencial para garantir a segurança dos produtos, além de participar de estudos clínicos para o desenvolvimento de medicamentos inovadores.

Pólo produtivo

A Bayer tem no Brasil importantes unidades de produção em suas três áreas de negócios: saúde, ciências agrícolas e materiais inovadores.

Em São Paulo está a sede da Empresa, no bairro do Socorro, zona sul da cidade. A unidade Cancioneiro, onde são produzidos os medicamentos da Empresa no Brasil, também está instalada na capital paulista, no bairro Santo Amaro.

Em Belford Roxo, na região da Baixa Fluminense, no Rio de Janeiro, está o Parque Industrial da Bayer, primeiro site de produção da Empresa no Brasil. No local são fabricados produtos da Bayer CropScience e Bayer MaterialScience.

Sustentabilidade e compromisso social

O Grupo é comprometido com os princípios de desenvolvimento sustentável e com o seu papel de empresa cidadã ética e socialmente responsável. Economia, ecologia e responsabilidade social compõem os objetivos da política corporativa e são igualmente importantes para a Empresa.

Por meio de redes nacionais e internacionais temos um papel ativo na fomentação do desenvolvimento sustentável. Um exemplo é o Global Compact, iniciativa das Nações Unidas da qual a Bayer é membro fundadora. Desde 1994 a empresa também tem um papel-chave no programa Atuação Responsável estabelecido pelas indústrias químicas, e que incentiva melhorias contínuas na segurança dos colaboradores e comunidades locais em questões de saúde e proteção ambiental, com padrões muitas vezes mais rígidos do que as legislações locais. A Bayer também é reconhecida como líder em redução de emissões de carbono por diversos organismos internacionais, como o *Dow Jones Sustainability World Index*, que premiou a Bayer com o título "*Best in Class*" várias vezes, e a incluiu no *Climate Leadership Index,* que é o primeiro índice mundial de proteção climática.

Balanços Patrimoniais - Em milhares de reais

Ativo	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	25.728	13.168	29.464
Contas a receber (Nota 4)	1.776.420	1.547.878	1.416.064
Estoques (Nota 5)	542.407	526.395	672.558
Impostos a recuperar (Nota 6)	57.810	43.134	20.744
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 22)	33.184	27.696	28.778
Outros ativos	48.063	74.959	101.181
	2.483.612	2.233.230	2.268.789
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicação financeira vinculada	4.285	4.156	3.783
Plano de pensão (Nota 16(a))	93.526	146.619	149.225
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	435.527	445.344	397.786
Impostos a recuperar (Nota 6)	12.440	5.647	4.155
Contas a receber (Nota 4)	34.214	25.853	9.703
	579.992	627.619	564.652
Investimentos (Nota 9)	2.158	2.411	2.049
Imobilizado (Nota 10)	437.947	358.710	340.796
Intangível (Nota 11)	21.760	18.701	18.511
	461.865	379.822	361.356
	1.041.857	1.007.441	926.008
Total do ativo	3.525.469	3.240.671	3.194.797

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Circulante			
Fornecedores			
No País	86.794	68.936	68.160
No exterior	7.086	14.420	26.448
Sociedades ligadas (Nota 8)	243.127	274.089	319.997
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	158.092	263.945	378.123
Salários e encargos sociais	116.228	93.325	112.867
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	–	597	660
Demais impostos e contribuições a recolher	18.184	16.164	36.282
Provisões diversas (Nota 13)	148.031	218.209	175.170
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 22)	166.466	111.066	1.708
Outros passivos	35.689	18.529	62.115
	979.697	1.079.280	1.181.530
Não circulante			
Provisão para contingências (Nota 14)	96.218	139.207	387.294
Parcelamento de débitos fiscais - REFIS (Nota 15)	110.065	99.104	–
Provisão para assistência médica (Nota 16(b))	155.907	142.665	115.634
Empréstimos obtidos de sociedades ligadas (Nota 8)	1.103.499	577.346	370.594
Demais contas a pagar	4.665	18.943	22.544
	1.470.354	977.265	896.066
Patrimônio líquido (Nota 17)			
Capital social	1.310.141	1.310.141	1.310.141
Ajustes de avaliação patrimonial	(46.278)	(4.637)	15.466
Prejuízos acumulados	(188.445)	(121.378)	(208.406)
	1.075.418	1.184.126	1.117.201
Total do passivo e patrimônio líquido	3.525.469	3.240.671	3.194.797

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(38.356)	13.073
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades		
Depreciação e amortização	51.829	88.787
Prejuízo (lucro) na venda/baixa de ativo imobilizado e intangível	5.171	7.048
Resultado de equivalência patrimonial	(6.124)	(362)
Juros, variações monetárias, cambiais sobre empréstimos, contingências e provisões	103.857	104.731
	116.377	213.277
Variação em saldos de ativos e passivos		
Contas a receber	(213.148)	(187.451)
Estoques	(24.787)	97.329
Depósitos judiciais	(6.339)	(4.355)
Impostos a recuperar	(21.469)	(7.894)
Demais contas a receber	27.484	26.222
Instrumentos financeiros ativos	(5.488)	
Fornecedores	(21.153)	(57.160)
Salários e encargos	22.903	(19.542)
Impostos a recolher	87	(20.118)
Instrumentos financeiros passivos	55.400	–
Pagamento de contingências	(62.725)	(17.089)
Pagamento de plano de assistência médica	(5.257)	–
Demais contas a pagar	(69.136)	41.340
Caixa gerado (aplicado) nas operações	(207.251)	64.559
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(24.709)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(207.251)	39.850
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de investimentos	(9.181)	–
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(138.595)	(113.939)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(147.776)	(113.939)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos - terceiros	316.183	234.972
Ingressos de empréstimos - grupo	852.943	572.841
Amortização de empréstimos	(802.253)	(750.020)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	366.873	57.793
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.846	(16.296)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.168	29.464
Caixa e equivalentes de caixa incorporado durante o exercício	714	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.728	13.168

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

(a) Atividade preponderante: A Bayer S.A. ("Companhia") é uma controlada integral indireta da Bayer AG (Alemanha) que opera no Brasil há 115 anos e concentra suas atividades nas áreas de Saúde, Agronegócios e Materiais Inovadores, organizadas respectivamente em três divisões: Bayer Health Care (BHC), Bayer Crop Science (BCS) e Bayer Material Science (BMS). A BHC atua nas áreas de Medicamentos Isentos de Prescrição, Produtos Farmacêuticos e Saúde Animal. A BCS é fortemente dedicada na formulação de produtos químicos, destinados à industrialização de defensivos agrícolas em geral, inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas e outros produtos químicos correlatos para a agricultura e pecuária. A BMS produz polímeros de alto desempenho e desenvolvimento de materiais inovadores como *coatings*, adesivos, espumas para isolamento, selantes, policarbonatos, poliuretano entre outros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 25 de abril de 2011.

(b) Incorporação da Intendis do Brasil: Em 1º de janeiro de 2010, a Bayer S.A. adquiriu o controle acionário de 99,99% da Intendis do Brasil Farmacêutica Ltda. ("Intendis"), através da compra de 6.239.375 quotas do capital social de valor nominal igual a R$ 1,00. Como parte do processo de reorganização societária do grupo no Brasil buscando a consolidação de suas atividades, em 1º de outubro de 2010, a Companhia deliberou pela incorporação da Intendis, cujo acervo líquido, na data de incorporação, totalizava a R$ 15.558.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos e edificações na data de transição para CPCs, e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão descritas nas demonstrações do resultado abrangente e demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transa-

continua—✸

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009
Receita com vendas e serviços (Nota 18)	3.671.970	3.574.831
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.416.908)	(2.538.727)
Lucro bruto	1.255.062	1.036.104
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas (Nota 19)	(744.309)	(671.633)
Gerais e administrativas	(383.851)	(314.575)
Depreciações e amortizações	(35.824)	(38.473)
Outras receitas operacionais, líquidas	26.236	10.827
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	117.314	22.250
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9(b))	6.124	362
Resultado financeiro		
Despesas financeiras (Nota 20)	(297.014)	(395.079)
Receitas financeiras (Nota 20)	135.220	385.540
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(38.356)	13.073
Imposto de renda e contribuição social (Nota 7(c))		
Do exercício	3.046	(8.720)
Diferidos	(31.757)	37.264
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(67.067)	41.617
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações do capital social no final do exercício - R$	(46,61)	28,92

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

	2010	2009
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(67.067)	41.617
Outros componentes do resultado abrangente		
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	(41.641)	(20.103)
Total do resultado abrangente do exercício	(108.708)	21.514
Atribuível		
Acionistas da Companhia	(108.708)	21.514

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais estão apresentados na Nota 7.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 1º de janeiro de 2009	1.310.141	(208.406)	15.466	1.117.201
Lucro líquido do exercício		41.617		41.617
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	–	–	(20.103)	(20.103)
Total do resultado abrangente do exercício	–	41.617	(20.103)	21.514
Total de contribuições aos acionistas e distribuições aos acionistas				
Aumento de capital com juros sobre capital próprio destinado em exercícios anteriores	45.411	–	–	45.411
Redução de capital para compensação de prejuízo acumulado	(45.411)	45.411	–	–
Em 31 de dezembro de 2009	1.310.141	(121.378)	(4.637)	1.184.126
Prejuízo do exercício	–	(67.067)	–	(67.067)
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	–	–	(41.641)	(41.641)
Total do resultado abrangente do exercício	–	(67.067)	(41.641)	(108.708)
Em 31 de dezembro de 2010	1.310.141	(188.445)	(46.278)	1.075.418

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ções e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixas e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, a companhia não possuía ativos classificados como disponível para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.4.2 Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro no período em que ocorrem. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio, quando aplicável.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 *Impairment* de ativos financeiros: A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(a) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(c) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

(d) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(e) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;

(f) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

• mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

• condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment.*

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge:* Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. Os derivativos mantidos pela Companhia não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado como resultado financeiro.

(a) Operações de *forward* e *swap* de moedas e juros: Os valores nominais em aberto de operações de *forward* e *swap* de moedas não são registrados no balanço patrimonial, porém as perdas e ganhos líquidos não realizados dessas operações, apurados com base no valor de mercado, são reconhecidos, em atendimento ao regime de competência de exercícios, na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" com contrapartida ao resultado financeiro.

(b) Cédula do Produtor Rural: A Cédula do Produtor Rural (CPR) é um título representativo de uma obrigação com promessa de entrega de produtos rurais, regulada pela Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994. Trata-se de título cambial assemelhado, negociável no mercado e que permite ao produtor rural ou suas cooperativas obterem recursos para desenvolver sua produção ou empreendimento. Seu tratamento contábil é similar ao de duplicatas a receber de clientes.

2.6 Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de negócio da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber são descontadas de juros através da avaliação do valor presente, calculado com base na taxa referencial de juros - SELIC que se aproxima de forma realista das diversas taxas das vendas a prazo aplicadas por cada uma das divisões da Bayer. Essa taxa em 31 de dezembro de 2010 correspondia, em média, a 9,37% a.a. (31 de dezembro de 2009 - 9,50% a.a.; 1º de janeiro de 2009 - 11,82% a.a.). As contas a receber de clientes vinculados com certificados do produtor rural (Cédulas do Produtor Rural (CPRs)) são apresentadas aos valores de mercado de cada produto agrícola. Os produtos agrícolas que se encontram vinculados com contratos de venda futuro ou com contratos de mercado futuro ou opções são registrados ao valor de realização ou valor de mercado, respectivamente.

2.7 Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.8 Depósitos judiciais: Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade (Nota 14).

2.9 Investimentos em controladas

(a) Custo e/ou valor patrimonial: Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente *impairment* do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

(b) Ágio/deságio: O ágio ou deságio determinado na aquisição de um investimento é calculado como a diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado em: (i) mais-valia de ativos, representada pela diferença entre o valor contábil da empresa adquirida e o valor justo dos ativos e passivos e (ii) rentabilidade futura, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos e passivos e o valor de compra, ambos registrados em Investimentos. A parcela fundamentada na mais-valia de ativos e passivos é amortizada na proporção em que esses ativos e passivos na empresa adquirida são realizados. A parcela fundamentada em expectativas de resultado futuro foi amortizada, até 31 de dezembro de 2008, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. Após aquela data, este ágio não sofre amortização e está sujeito a testes anuais de recuperabilidade, conforme descrito na Nota 2.2(k). O deságio, sem fundamentação econômica, é amortizado somente quando da alienação do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades.

2.10 Imobilizado: Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Construções e benfeitorias em terrenos	15 a 30
Máquinas e equipamentos	10 a 30
Veículos	5 a 12
Equipamentos de informática	3 a 5
Móveis e utensílios	10 a 12

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

2.11 Ativos intangíveis

(a) *Softwares:* As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

• É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.

• A administração pretende concluir o *software* e usá-lo.

• O *software* pode ser usado.

• Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.

• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o *software*.

• O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software,* incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(b) Marcas registradas e licenças: As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de três a dez anos.

2.12 *Impairment* de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Provisões: As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation)* como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 7). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria: A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. O ativo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido. Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão privado de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) Assistência médica pós-aposentadoria: A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. O benefício é concedido quando (i) o funcionário possua mais de 55 anos de idade e (ii) tenha cumprido com um período de no mínimo dez anos de trabalho na Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se de uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros e bônus: Uma conta passiva para benefícios de funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus, é reconhecida em "Salários e encargos sociais" quando não há alternativa realista a não ser liquidar o passivo e ao menos quando uma das seguintes condições é satisfeita:

• Existe um plano formal e os valores a serem pagos são determinados antes da época de emissão das demonstrações financeiras.

• A prática passada criou uma expectativa válida nos funcionários de que eles receberão bônus/participação nos lucros e o valor pode ser estimado confiavelmente antes da época de emissão das demonstrações financeiras.

• A expectativa é de que as contas passivas de participação nos lucros e planos de bônus sejam liquidadas em até 12 meses e sejam medidas pelos valores que se espera sejam quitadas.

continua

2.18 Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos: A Companhia fabrica e vende uma variedade de produtos. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente ou distribuidor, o qual, neste caso, passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo distribuidor. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o distribuidor; (iii) o distribuidor ou cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, líquidas dos descontos por volume e das devoluções estimadas na época da venda. A experiência acumulada é usada para estimar e provisionar descontos e devoluções.

(b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas à receber.

2.19 Arrendamentos: A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Bancos	25.728	13.168	29.464
	25.728	13.168	29.464

4. Contas a receber

	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Contas a receber de clientes			
No País	1.797.572	1.523.569	1.277.388
No exterior	6.491	8.754	8.641
De sociedades ligadas (Nota 8)	33.702	46.913	38.201
Contas a receber vinculados com Cédulas de Produtores Rurais (CPR)	90.520	69.623	155.249
Contas a receber de clientes dadas em garantia	116.422	167.279	228.182
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(234.073)	(242.407)	(281.894)
	1.810.634	1.573.731	1.425.767
Ativo circulante	(1.776.420)	(1.547.878)	(1.416.064)
Não circulante	34.214	25.853	9.703

A Companhia efetuou o registro dos impactos de valor presente dos ativos de contas a receber de clientes de longo prazo e curto prazo quando significativos. O ajuste foi aplicado para a divisão BCS, que detém o maior volume de contas a receber e prazo de vencimento com data superior 60 dias. Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de clientes, no total de R$ 234.073 (2009 - R$ 242.407; 1º de janeiro de 2009 - R$ 281.894) estavam *impaired* e provisionadas. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
De três a seis meses	19.565	32.740	42.774
Acima de seis meses	214.508	209.667	239.120
	234.073	242.407	281.894

(a) Qualidade dos créditos: A classificação de créditos é feita para a divisão BCS que detém maior volume das contas a receber: 85,84% (2009 - 88,52% e 1º de janeiro de 2009 - 93,74%). A classificação é dividida em três grupos denominados A-01- baixo risco, A-02 médio risco e A-03 alto risco.

Contrapartes com classificação de crédito	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
A01	389.106	312.556	418.000
A02	691.528	611.523	394.114
A03	461.448	434.861	382.172
	1.542.082	1.358.940	1.194.286
Contas a receber sem classificação de crédito	268.552	214.791	231,481
Total do contas a receber	1.810.634	1.573.731	1.425.767

(b) *Impairment:* Em 31 de dezembro de 2010, no consolidado contas a receber de clientes no valor de R$ 144.963 (2009 - R$ 149.763 e 1º de janeiro de 2009 - R$ 157.101) encontram-se vencidas a mais de 180 dias, mas não *impaired*. Segundo avaliação uma parcela do contas a receber deve ser recuperada. O cálculo de *impairment* é feito aplicando-se percentuais específicos para cada classe de risco e de acordo com o *aging*.

	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Total de itens vencidos > 180 dias	379.036	392.170	438.995
Total *impaired*	(234.073)	(242.407)	(281.894)
Total não *impaired*	144.963	149.763	157.101

5. Estoques

	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Produtos acabados e mercadorias de revenda	414.962	313.962	350.167
Produtos semielaborados	6.658	7.138	15.537
Matérias-primas	103.504	158.276	145.136
Materiais diversos	26.072	31.173	29.785
Importações em trânsito	74.872	88.607	155.860
Provisão para perdas na realização dos estoques	(83.661)	(72.761)	(23.927)
	542.407	526.395	672.558

6. Impostos a recuperar

	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recuperar	49.983	35.847	22.678
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a recuperar	5.451	3.291	195
Imposto de importação a recuperar	2.239	269	1.527
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12.031	9.087	377
Outros	546	287	122
	70.250	48.781	24.899
Ativo circulante	(57.810)	(43.134)	(20.744)
Não circulante	12.440	5.647	4.155

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição dos tributos diferidos: Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31/12/2010			31/12/2009			1º/01/2009		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Provisões									
Provisão para realização dos estoques	24.659	8.877	33.536	18.190	6.549	24.739	5.982	2.153	8.135
Provisão relacionada ao lucro bruto de receita de vendas não reconhecidas	312	112	424	2.087	751	2.838	171	61	232
Provisão para participação nos resultados	14.692	5.289	19.981	10.204	3.673	13.877	12.140	4.370	16.510
Provisão para fretes	2.664	959	3.623	2.038	734	2.772	2.160	777	2.937
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e ajuste ao valor de realização	10.386	3.739	14.125	65.224	23.481	88.705	50.054	18.020	68.074
Provisão para contingências	98.300	35.388	133.688	75.336	18.629	93.965	106.401	25.380	131.781
Provisão para descontinuidade operacional	24.672	8.882	33.554	39.984	14.394	54.378	28.078	10.108	38.186
Provisão para realização de terrenos destinados à venda	1.852	667	2.519	2.393	861	3.254	3.267	1.176	4.443
Provisão para assistência médica	38.978	14.032	53.010	14.114	5.081	19.195	12.237	4.405	16.642
Obrigação de benefícios de aposentadoria	16.591	5.973	22.564	1.757	632	2.389	(5.858)	(2.109)	(7.967)
Outras provisões	38.162	13.741	51.903	48.553	17.479	66.032	29.449	10.602	40.051
Provisões oriundas de incorporação Tribel	2.675	954	3.629	2.301	828	3.129	2.301	828	3.129
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	108.131	32.243	140.374	50.264	19.807	70.071	53.458	22.175	75.633
Provisão para perdas pela não realização	(56.914)	(20.489)	(77.403)						
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	325.160	110.367	435.527	332.445	112.899	445.344	299.840	97.946	397.786
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos				439	158	597	485	175	660

(b) Período estimado de realização: Os valores dos ativos, líquidos dos passivos fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

	Valor líquido dos créditos		
	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
2009	–	–	49.210
2010		22.378	105.543
2011	62.970	155.048	67.015
2012	75.327	170.170	90.882
2013	55.527	97.151	84.476
2014	86.127	–	–
2015	155.676	–	–
	435.627	444.747	397.126

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia. Para o exercício contábil findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetuou a avaliação da realização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos. Como resultado desta análise, a Companhia reconheceu o montante de R$ 77.404 como provisão para perdas (*impairment)* pela não realização destes saldos com base em lucro tributável futuro.

(c) Reconciliação da receita (despesa) do imposto de renda e da contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2010	2009
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(38.356)	13.073
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	13.041	(4.445)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Doações e brindes	(2.551)	(2.356)
Preço de transferência	(2.028)	(950)
Inovação tecnológica	3.871	7.220
Impactos do regime tributário de transição	(16.110)	24.516
Outras adições e exclusões permanentes líquidas	9.746	4.559
Prejuízo fiscal sem perspectiva de realização (impairment)	(77.403)	–
Refis - Exclusão dos processos homologados	42.723	–
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(28.711)	28.544

8. Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Saldos e transações

	Bayer Crop Science Monheim A.G. - Alemanha	Bayer S.A. - Venezuela	KVP Pharma - Alemanha	BAYPO Ltda. - EUA	Schering do Brasil Indústria Química Ltda.	Bayer S.A. - Bélgica	Intendis do Brasil Ltda.	Bayer de México S.A.	Bayer Business Services GmbH	Bayer S.A. - Chile	Bayer S.A. - Costa Rica	Bayer S.A. - Argentina	Bayer Health Care - LLC	Bayer Material LLC - EUA	Bayer Consumer Care - Suíça	Bayer Material Science - AG	Bayer Health Care - AG	Outros	31/12/10 Total	31/12/09 Total	1º/01/09 Total
Ativo circulante																					
Contas a receber (Nota 4)	6.742	1.553			7.431		107	705	780	70	141	216	523	1.139		2.858	8.672	2.765	33.702	46.913	38.201
Passivo circulante																					
Fornecedores	111.592	8	5.863		45.414		900	1.959	3.771	49		6.622	1.454	12.157	4.074	13.585	29.814	5.865	243.127	274.089	319.997
Passivo não circulante																					
Empréstimo (*)						1.103.499													1.103.499	577.346	370.594
Transações																					
Compras de matéria-prima	1.021.290		12.101	14.547				12.452				93.168	13.550	106.707	40.892	93.027	140.843	41.727	1.590.304	1.520.604	1.179.310
Receita de vendas de produtos e serviços	53.398	4.120			20.679		676	1.438	4.132	370	599	618	3.292	1.238	65	2.896	26.390	5.363	125.274	142.801	154.505
Despesas de vendas - comissões																					65
Despesas financeiras						2.281													2.281	8.252	14.162

(*) Com o objetivo de financiar e expandir suas operações, a Companhia contraiu empréstimos com sociedade ligada no valor de R$ 1.103.499 (2009 - R$ 577.346; 1º de janeiro de 2009 - R$ 370.594). O valor devido está indexado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), juros fixos e *swap*.

Valores originais expressos em moeda estrangeira, convertidos pelas respectivas taxas, para os exercícios sociais findos nessas datas.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, referente a salários e encargos, participação nos lucros e reembolso de despesas totaliza R$ 4.552 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (2009 - R$ 3.429; 1º de janeiro de 2009 - R$ 5.911).

9. Investimentos

(a) Informações sobre investimentos

	Milhares de ações ou quotas possuídas pela Companhia		Participação da Companhia - %			
	Ordinárias	Quotas de capital	No capital social integralizado	No capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Em 1º/01/09 - Farmaco Ltda.		122.461	99,99		327	12
Campo Limpo Reciclagem Transformação de Plásticos S.A.	1.000.000		19,85		3.310	2.310
Bayer Distribuidora Ltda.		999.999		99,99	1.065	52
Em 31/12/09 - Farmaco Ltda.		122.461	99,99		337	11
Campo Limpo Reciclagem Transformação de Plásticos S.A.	1.000.000		19,85		5.057	3.295
Bayer Distribuidora Ltda.		999.999		99,99	1.070	65
Em 31/12/10 - Farmaco Ltda.		122.461	99,99		313	(25)
Campo Limpo Reciclagem Transformação de Plásticos S.A.	1.000.000		19,85		4.036	(203)
Bayer Distribuidora Ltda.		999.999		99,99	1.042	(25)

(b) Movimentação dos investimentos

Movimentação dos investimentos	Farmaco Ltda.	Campo Limpo Reciclagem Transformação Plásticos S.A.	Bayer Distribuidora Ltda.	Intendis do Brasil Farmacêutica Ltda.	Total
Em 1º/01/09	327	657	1.065		2.049
Equivalência patrimonial	10	347	5		362
Em 31 de dezembro de 2009	337	1.004	1.070		2.411
Aquisição de investimento em 1º/01/10 (*)				9.181	9.181
Equivalência patrimonial	(25)	(203)	(25)	6.377	6.124
Incorporação em 1º/10/10	–	–	–	(15.558)	(15.558)
Em 31 de dezembro de 2010	312	801	1.045		2.158

(*) No dia 1º de janeiro de 2010 adquiriu o investimento de 99,99% na participação do capital da Intendis, no valor

continua

de R$ 6.239 mil. Em 1º de outubro de 2010, a empresa incorporou integralmente a investida, como resultado da reorganização societária das partes e otimizando a organização de suas atividades.

10. Imobilizado

	Terrenos	Construções e benfeitorias em terrenos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Veículos	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	14.279	58.610	83.032	12.151	11.055	13.186	51.161	243.474	97.322	340.796
Aquisição	–	3.030	15.285	1.184	–	–	3.151	22.650	83.999	106.649
Alienação e baixas	–	(9)	(1.031)	(27)	–	(657)	(5.324)	(7.048)	–	(7.048)
Transferências	–	10.955	39.620	2.036	(11.055)	1.149	(116)	42.589	(42.572)	17
Depreciação	–	(36.112)	(21.427)	(1.714)	–	(5.811)	(16.640)	(81.704)	–	(81.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	14.279	36.474	115.479	13.630	–	7.867	32.232	219.961	138.749	358.710
Custo total	14.279	171.941	508.176	37.403		34.257	63.460	829.516	138.749	968.265
Depreciação acumulada	–	(135.467)	(392.697)	(23.773)	–	(26.390)	(31.228)	(609.555)	–	(609.555)
Valor residual	14.279	36.474	115.479	13.630	–	7.867	32.232	219.961	138.749	358.710
Saldos em 31 de dezembro de 2009	14.279	36.474	115.479	13.630	–	7.867	32.232	219.961	138.749	358.710
Aquisição	–	7.423	42.191	1.589	–	990	11.187	63.380	68.043	131.423
Alienação e baixas	–	(975)	(208)	(922)	–	(144)	(2.885)	(5.134)	–	(5.134)
Transferências	–	26.012	49.556	4.538	–	1.609	4.715	86.430	(88.763)	(2.333)
Depreciação	–	(6.673)	(13.528)	(2.751)	–	(5.234)	(16.533)	(44.719)	–	(44.719)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	14.279	62.261	193.490	16.084	–	5.088	28.716	319.918	118.029	437.947
Custo total	14.279	203.556	551.988	37.099		37.184	85.133	929.239	118.029	1.047.268
Depreciação acumulada	–	(141.295)	(358.498)	(21.015)	–	(32.096)	(56.417)	(609.321)	–	(609.321)
Valor residual	14.279	62.261	193.490	16.084	–	5.088	28.716	319.918	118.029	437.947
Vida útil do imobilizado em anos		15 a 30	10 a 30	10 a 12		3 a 5		5 a 12		

A depreciação do período, alocada ao custo de produção e às despesas, totaliza R$ 35.824 (2009 - R$ 50.314; 1º de janeiro de 2009 - R$ 16.015) e R$ 29.419 (2009 - R$ 31.390; 1º de janeiro de 2009 - R$ 25.841), respectivamente.

11. Intangível

	Marcas, patentes e processos	*Software*	*Goodwill*	Total em operações
Saldos em 1º de janeiro de 2009	–	13.557	4.954	18.511
Aquisição	–	7.290	–	7.290
Transferências	–	(17)	–	(17)
Amortização	–	(7.083)	–	(7.083)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	–	13.747	4.954	18.701
Custo total	28	38.350	71.215	109.593
Amortização acumulada	(28)	(24.603)	(66.261)	(90.892)
Valor residual	–	13.747	4.954	18.701
Saldos em 31 de dezembro de 2009	–	13.747	4.954	18.701
Aquisição	4.333	3.540	–	7.873
Alienação e baixas	–	(37)	–	(37)
Transferências	–	2.333	–	2.333
Amortização	(1.528)	(5.582)	–	(7.110)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.805	14.001	4.954	21.760
Custo total	4.361	43.212	71.216	118.789
Amortização acumulada	(1.556)	(29.211)	(66.262)	(97.029)
Valor residual	2.805	14.001	4.954	21.760
Vida útil do intangível em anos	3 a 10	3		

12. Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros	31/12/10	31/12/09	1º/01/09
Moeda nacional				
Crédito rural				
	Obrigação vinculada com contas a receber dadas em garantia - 7,75 a.a.	116.422	156.725	184.300
Contratos de *leasing*	Indexado à taxa do CDI	41.490	56.504	51.676
Poupança rural	Taxa Referencial (TR) + 12,8	–	–	50.000
Empréstimo conta garantida	Percentual do CDI (115)	180	27.735	–
Fundo de amparo ao trabalhador rural	Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) + 3	–	10.554	45.407
Notas de crédito de exportação	7,5 a.a.	–	–	46.740
Outros empréstimos nacionais	Percentual do CDI (115)	–	12.427	–
		158.092	263.945	378.123

13. Provisões diversas

	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Provisões para			
Campanhas de venda	79.942	94.209	90.302
Reestruturação (*)	10.195	60.254	23.953
Descontos e fretes	10.655	8.154	8.638
Comissões	2.044	6.822	7.887
Descontos especiais	2.191	959	3.904
Outras	43.004	47.811	40.486
	148.031	218.209	175.170

(*) A provisão de reestruturação refere-se ao encerramento das atividades produtivas em duas plantas da companhia, sendo uma localizada em São Paulo e a outra no estado do Rio Grande do Sul (RS). Durante o ano de 2010, o projeto de reestruturação para a planta localizada no Estado do RS teve grande evolução, com mais de 90% das suas fases concluídas.

14. Provisão para contingências

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais			Provisões para contingências		
	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Contingências tributárias	113.411	106.303	83.321	126.053	143.845	394.298
Contingências trabalhistas e previdenciárias	14.178	41.579	56.970	34.121	79.634	79.653
Reclamações cíveis	48.034	21.402	24.638	111.667	85.012	78.272
	175.623	169.284	164.929	271.841	308.491	552.223
Menos depósitos judiciais	–	–	–	(175.623)	(169.284)	(164.929)
	–	–	–	96.218	139.207	387.294

A movimentação das provisões está demonstrada conforme a seguir:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	394.298	79.653	78.272	552.223
Adições	15.419	4.893	3.707	24.019
Pagamentos	(7.493)	(6.211)	(3.385)	(17.089)
Reversões	(178.631)	–	–	(178.631)
Parcelamento	(157.807)	–	–	(157.807)
Atualizações monetárias	78.059	1.299	6.418	85.776
Saldo em 31 de dezembro de 2009	143.845	79.634	85.012	308.491
Adições	6.634	9.751	55.642	72.027
Pagamentos	(26.191)	(5.205)	(31.329)	(62.725)
Transferência	(1.544)	(47.152)	48.696	–
Reversões	(4.791)	(4.300)	(57.471)	(66.562)
Atualizações monetárias	8.100	1.393	11.117	20.610
Saldo em 31 de dezembro de 2010	126.053	34.121	111.667	271.841

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

(a) Os principais processos de natureza tributária em discussão estão apresentados a seguir:

(i) Inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) na base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referente ao período de dezembro de 1994 até fevereiro de 1995. A administração da Companhia entende que o ICMS não deve ser considerado como base de cálculo da receita.

(ii) Discussão da incidência do Seguro Acidente de Trabalho (SAT) diferenciado considerando o grau de risco de cada um dos estabelecimentos comerciais da Companhia quando a interpretação da administração da Companhia é de que deve ser considerada a atividade preponderante em conformidade com a legislação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

(iii) Créditos de IPI provenientes de operações realizadas com usineiros utilizados na compensação dos valores a pagar das contribuições sociais de PIS e COFINS devidas pela Companhia.

(b) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas.

(c) Ações cíveis referem-se substancialmente a casos a indenizações por perdas e danos e por prováveis perdas por rompimento não previstos em contrato com fornecedores ou prestadores de serviços.

Conforme descrito na Nota 15, a Companhia optou por incluir determinadas contingências acima descritas no Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal no exercício findo em 31 de dezembro de 2009. A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Tributárias	119.058	113.152	179.064
Cíveis	234.414	179.151	126.256
Trabalhistas	43.419	43.619	38.151
	396.891	335.922	343.471

15. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

(a) Parcelamento efetuado em 30 meses.

(b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Principal atualizado	Multa e juros	Depósito judicial	2010 Total	2009 Total
Execução fiscal de COFINS, em decorrência da realização do recolhimento da contribuição sem o acréscimo do ICMS em sua base de cálculo	4.874	17.595	(9.897)	12.572	10.246
Auto de infração de glosa créditos de IPI oriundos da entrada de insumos tributado à alíquota zero	12.400	6.262	(17.834)	828	–
Notificação fiscal de recolhimento de contribuições previdenciárias sobre verbas salariais - participação nos lucros	9.176	4.143	–	13.319	12.771
Execução fiscal de cobrança do adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT)	3.844	3.933	–	7.777	7.257
Ação declaratória para o recolhimento da COFINS sem as alterações introduzidas pela Lei nº 9.718/98 (base de cálculo e alíquota)	21.917	24.421	(21.917)	24.421	21.211
Outros	38.516	21.687	(9.055)	51.148	47.619
	90.727	78.041	(58.703)	110.065	99.104

(c) Aumento decorrente da atualização monetária do passivo, com base na taxa SELIC, no montante de R$ 10.422 reconhecido na demonstração do resultado como despesa financeira. Ocorreram ainda ingressos de novos processos no montante de R$ 876 e pagamento de honorários de advogados no montante de R$ 336.

(d) O valor de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social, que serão utilizado para liquidação dos débitos, totaliza R$ 62.970 (2009 - R$ 51.794). Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

16. Benefícios a empregados

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios como seguro de vida, plano de saúde e assistência médica. Desde 1982, a Companhia oferece aos funcionários advindos da Bayer S.A. plano de previdência privada na modalidade de benefício definido e assistência médica pós-aposentadoria, sendo a principal patrocinadora da Previbayer - Sociedade de Previdência Privada.

(a) Previbayer - Sociedade de Previdência Privada: A Companhia é patrocinadora instituidora da entidade de previdência privada denominada Previbayer - Sociedade de Previdência Privada, a qual objetiva complementar os benefícios previdenciários oficiais e promover o bem-estar social de seus participantes; nesse plano de previdência estão inseridos os funcionários da Bayer S.A. As contribuições da patrocinadora são efetuadas mensalmente e o regime atuarial estabelecido para a complementação da aposentadoria é de benefício definido, determinado anualmente com base em cálculo atuarial procedido por atuário independente. A posição atuarial do fundo é a seguinte:

	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Valor presente das obrigações atuariais	(643.840)	(515.119)	(414.080)
Valor justo dos ativos	737.366	661.738	563.305
Superávit atuarial - antecipações de contribuições futuras	93.526	146.619	149.225

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2010	2009
Em 1º de janeiro	(515.119)	(414.080)
Custo do serviço corrente	(14.684)	(12.110)
Custo financeiro	(57.956)	(48.599)
Perdas atuariais	(76.196)	(58.549)
Benefícios pagos	20.115	18.219
Em 31 de dezembro	(643.840)	(515.119)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	2010	2009
Em 1º de janeiro	661.738	563.305
Retorno esperado sobre os ativos do plano	81.594	68.638
Ganhos atuariais	14.150	48.014
Benefícios pagos	(20.116)	(18.219)
Em 31 de dezembro	737.366	661.738

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2010	2009
Custo dos serviços correntes	14.684	12.110
Custo financeiro	57.956	48.599
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(81.594)	(68.638)
Total incluído nos custos de pessoal	(8.954)	(7.929)

A Companhia reconhece o superávit atuarial existente devido a sua intenção, conforme decisão da administração, de reduzir as suas contribuições futuras ao plano. Os ganhos (perdas) identificados anteriormente estão relacionados à rentabilidade dos ativos do plano - diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente, sendo assim considerados ganhos (perdas) atuariais. A Companhia adota a política de reconhecer esses ganhos (perdas) como receita (despesa) apenas quando seus montantes acumulados excederem, em cada exercício, o maior dos seguintes limites: (i) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido e (ii) 10% do valor justo dos ativos do plano. A parcela a ser reconhecida é amortizada anualmente, dividindo-se seu montante pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano. Para determinação dos passivos e custos com pós-empregados relativamente ao plano de complementação de aposentadoria, foi adotado o método atuarial do crédito unitário projetado, estando apresentadas a seguir as premissas utilizadas:

	Percentual - a.a.		
	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Hipóteses econômicas			
Taxa de desconto (nominal)	10,50	11,50	12
Taxa de retorno esperado dos ativos (nominal)	12	11,75	12,32
Taxa de retorno esperada dos custos com pensão	4,5	4	4,5
Taxa esperada de aumento salarial (nominal)	7,5	7,5	7,5
Inflação	4,5	5,5	4,5
Hipóteses demográficas			
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	UP 84	UP 84	UP 84

(b) Assistência médica: A Companhia mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários advindos da Bayer S.A., porém admitidos até 31 de dezembro de 1998, com o objetivo de promover o bem-estar de seus participantes. O plano é estruturado na modalidade de benefício definido, determinado anualmente em razão de cálculo atuarial procedido por atuário independente. A movimentação da provisão para assistência médica registrada no exigível a longo prazo foi a seguinte:

	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Saldo inicial	142.664	115.634	121.737
Benefícios pagos	(5.257)	(8.034)	(7.672)
Custo do serviço corrente e juros sobre a obrigação atuarial	17.454	15.140	16.310
Perdas atuariais, líquidas	1.046	19.924	(14.741)
Passivo atuarial	155.907	142.664	115.634

As premissas utilizadas pelos atuários independentes para o cálculo da provisão para assistência médica estão demonstradas a seguir:

	Percentual - % a.a.		
	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Hipóteses econômicas			
Taxa de desconto (nominal)	10,50	10,75	11,82
Taxa de retorno esperada dos custos com assistência médica (nominal)	10	7,5	7,5
Inflação	4,5	4,5	4,5
Hipóteses demográficas			
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	UP 84	UP 84	UP 84

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, subscrito e integralizado no valor de R$ 1.310.141 está dividido em ações, no valor de R$ 0,910545 cada ação, como segue:

	Quantidade de ações/quotas
Bayer Gesellschaft für Beteiligungen GmbH	2.954
Bayer Hispania S.L.	1.438.850.177
	1.438.853.131

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, o capital estrangeiro totalmente integralizado e registrado no Banco Central do Brasil (BACEN) estava representado por 359.892.518,88 dólares norte-americanos, 159.292.121,44 euros, 39.758.923,70 dólares canadenses e 1.462.828,14 francos suíços. Nos termos do Estatuto Social, aos titulares das ações da Companhia será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária.

continua

(b) Juros sobre o capital próprio: Em 16 de fevereiro de 2009, em Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração aprovou a compensação de prejuízos contábeis acumulados no montante de R$ 45.411, referente ao juros sobre capital próprio, inicialmente destinados como dividendos aos acionais Bayer Hispania S.L. e Bayer Gesellschaft fuer Beteiligungen MbH.

18. Reconciliação da receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2010	2009
Receita com vendas		
Venda de produtos	4.099.096	3.958.057
Prestação de serviços	72.540	71.550
	4.171.636	4.029.607
Deduções de vendas		
Impostos sobre vendas e serviços	(337.878)	(312.668)
Devoluções de vendas	(161.788)	(142.108)
Receita líquida	3.671.970	3.574.831

19. Despesa com vendas

	2010	2009
Despesas com propaganda	(159.350)	(141.986)
Marketing externo (agentes, representantes etc.)	(312.580)	(269.644)
Publicidade e informação de vendas	(123.795)	(117.103)
Pessoal	(64.681)	(65.745)
Outras	(83.903)	(77.155)
	(744.309)	(671.633)

20. Resultado financeiro

	2010	2009
Despesa financeira		
Despesas financeiras	(179.225)	(148.482)
Variações monetárias passivas	(117.789)	(246.597)
	(297.014)	(395.079)
Receita financeira		
Receitas financeiras	34.089	102.915
Variações monetárias ativas	101.131	282.625
	135.220	385.540
	(161.794)	(9.539)

21. Gestão de risco financeiro

21.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia que usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela sua matriz. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A matriz estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial: A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, as entidades do Grupo usam contratos a termo negociados com os bancos locais. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A política de gestão de risco financeiro do Grupo é a de proteger 100% de sua exposição em moedas diferentes da moeda funcional. Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	31/12/2010		31/12/2009		1º/01/2009	
	Dólares norte-americanos	Reais	Dólares norte-americanos	Reais	Dólares norte-americanos	Reais
Ativo						
Contas a receber - grupo	15.705	26.164	63.530	110.619	77.551	181.236
Contas a receber - terceiros	4.166	6.941	5.028	8.754	3.697	8.641
Passivo						
Fornecedores - grupo	(118.135)	(196.813)	(142.838)	(248.710)	(129.903)	(303.583)
Fornecedores - terceiros	(4.253)	(7.086)	(8.282)	(14.420)	(11.317)	(26.448)
Empréstimos - grupo	(662.364)	(1.103.499)	(326.840)	(577.346)	(158.557)	(370.594)
Exposição líquida	(764.881)	(1.274.293)	(409.402)	(721.103)	(218.529)	(510.748)

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter aproximadamente 60% de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa. Durante 2010 os empréstimos com parte relacionada (Bayer Antuerpen NV) que foram vencendo ao longo do ano, foram renovados em reais a taxas prefixadas e não mais em dólares americanos como em 2009. A idéia é continuar convertendo os empréstimos em dólares para reais. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(b) Risco de crédito: A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

(c) Risco de liquidez: O risco da Companhia é não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar a seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazos entre os recebimentos e pagamentos. O planejamento financeiro é preparado pela área de negócios. A tesouraria recebe as informações, consolida e projeta a fluxo de caixa para o período de 15 meses. A Companhia investe o excesso de caixa em CDB de curto prazo e com liquidez diária, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2010 (i)				
Empréstimos	1.186.985	–	–	–
Obrigações com arrendamento financeiro	35.558	14.265	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	75.279	–	–	–
Fornecedores e outras obrigações (iii)	337.007	–	–	–
Garantias financeiras	110.582	2.957	2.883	–
Em 31 de dezembro de 2009				
Empréstimos	665.065	57.691	–	–
Obrigações com arrendamento financeiro	25.859	33.975	13.362	–
Instrumentos financeiros derivativos	72.292	–	–	–
Fornecedores e outras obrigações (iii)	357.445	–	–	–
Garantias financeiras	163.105	635	3.141	398
Em 1º de janeiro de 2009				
Empréstimos	491.880	–	–	–
Obrigações com arrendamento financeiro	21.670	13.898	20.527	–
Instrumentos financeiros derivativos	44.249	–	–	–
Fornecedores e outras obrigações (iii)	414.605	–	–	–
Garantias financeiras	167.755	14.099	3.411	763

As garantias financeiras representam garantias de passivos de subsidiárias, e são os valores máximos. Não é esperada nenhuma perda com essas garantias.

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações. As entidades podem optar por adicionar uma coluna de conciliação e um total final correspondente ao valor do balanço patrimonial, se assim desejarem.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliações estabelecidas pela administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção dos métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologia para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

21.2 Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia bem como oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Tais objetivos resultam na redução do custo do capital, otimizando sua estrutura, o fluxo de caixa financeiro e a gestão de risco de forma efetiva. A gestão do capital é uma função exercida pela matriz da Companhia em sua sede em Leverkusen, na Alemanha, onde o capital é avaliado em um âmbito global. Agências comissionadas contratadas pelo Grupo Bayer provêm indicadores para grau de investimento, permitindo aos acionistas a avaliação da qualidade de crédito da companhia. A estratégia mundial para gestão do capital do Grupo é baseada nestes indicadores, especificamente para o indicador que compara o nível do fluxo de caixa e o endividamento - alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. A estratégia consiste em manter o Grupo dentro do quadrante de nível "A" (*best in class rating*) e a preservação da capacidade de liquidez financeira. Além da utilização dos ingressos de fluxos de caixa oriundos de sua atividade operacional, o Grupo implementou ainda sua estratégia de manutenção do capital fazendo uso de veículos tais como programa de venda de pacotes de ações, aumento de capital com base nas resoluções em suas reuniões anuais com acionistas, entre outros. Maiores detalhes sobre a gestão de capital consolidada do Grupo Bayer estão divulgados demonstrações financeiras consolidadas da Bayer AG.

21.3 Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment),* esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Derivativos usados para *hedge*	–	33.184	–	33.184
Total do ativo	–	33.184	–	33.184
Passivos				
Derivativos usados para *hedge*	–	166.466	–	–
Total do passivo	–	166.466	–	–

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2009.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Derivativos usados para *hedge*	–	27.696	–	27.696
Total do ativo	–	27.696	–	27.696
Passivos				
Derivativos usados para *hedge*	–	111.066	–	111.066
Total do passivo	–	111.066	–	111.066

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;

Observe que todas as estimativas de valor justo resultantes estão incluídas no Nível 2, exceto determinados contratos de câmbio futuros.

22. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, o portfólio de derivativos pode ser resumido conforme tabela a seguir:

	Valor de referência (nocional)			Valor justo			Ganhos/(perdas) realizados			Ganhos/(perdas) não realizados		
Tipo	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	1º/01/2009
Contratos futuros												
Compromissos de compra												
Moeda estrangeira	157.922	135.342	124.733	161.671	135.420	124.593	(35.168)	(46.034)	64.325	(3.749)	(78)	140
Compromissos de venda												
Moeda estrangeira	414.555	436.621	–	425.991	448.216	–	30.540	75	8.102	11.436	11.595	–
Compromissos de venda												
Moeda estrangeira - CPR	150.320	–	–	155.302	–	–	2.602	–	–	4.982	–	
Contratos de opções												
Posição titular - venda												
Commodities	245.679	87.042	82.499	324.988	99.221	68.554	14.672	2.384	(11.149)	(79.345)	(12.179)	13.945
Contratos de *swap*												
Posição passiva												
Taxas (CDI pós)	750.012	652.448	177.740	810.967	754.169	175.162	(90.136)	(53.284)	(1.554)	(60.955)	(82.708)	2.578
Contratos de termo opção vendida	–	–	52.930	–	–	36.511	–	–	6.744	–	–	16.419
Contratos de futuros (BMF)	6.965	–	–	12.616	–	–	–	–	–	(5.651)	–	–

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil, bem como na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA). As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos, A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta "Outros passivos", no balanço patrimonial, e a contrapartida no resultado é na rubrica "Despesas financeiras".

(a) Contratos futuros: Os contratos futuros relacionados com moeda estrangeira são contratados com o objetivo principal de proteger importações de matéria-prima.

(b) Contratos de opções: São contratados com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da Companhia em virtude da flutuação dos preços dos mercados mundiais para os seus produtos e/ou insumos.

(c) Contratos de *swap:* São contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda estrangeira para o real.

22.1 Metodologia de cálculo do valor justa dos derivativos

(a) Futuros: São avaliados pelo valor presente da diferença entre o valor estimado do ativo para a data do vencimento, obtido pela interpolação de dados de mercado informados por aquele mercado na data-base, e o valor de referência do contrato no vencimento (*strike price*).

(b) Opções: A precificação é efetuada por meio da modelo Black & Scholes, que considera a volatilidade e o preço do ativo-objeto, o preço do exercício da opção, a taxa de juros e o período até o vencimento.

(c) *Swaps:* São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento. Para os contratos com limitador ou duplo indexador, foram considerados, adicionalmente, a opção embutida no contrato de *swap*.

22.2 Cédula do produtor rural e venda futura de contratos contendo produtos agrícolas: A Cédula do Produtor Rural (CPR) é um certificado emitido pelo produtor rural registrado em cartório permitindo a este comercializar uma parcela de sua produção antes do início do plantio. Avaliado como um instrumento de baixo risco de crédito e de liquidez e em determinados casos, a administração da Bayer S.A. tem adotado o procedimento de troca de insumos agrícolas por CPRs emitidas por produtores rurais tendo como base uma relação de equivalência de valores entre insumos agrícolas e quantidade, qualidade e data de entrega dos produtos agrícolas pelos produtores rurais. Para proteger-se do risco de flutuação dos produtos agrícolas que estão garantidos por cédulas do produtor rural, a administração da Companhia negocia contratos de venda futura com empresas comerciais exportadoras (*traders*) onde são contratualmente definidas as quantidades, qualidade, datas de entrega e preço dos produtos agrícolas. A posição em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, referente a transações com CPRs e os correspondentes contratos de produtos agrícolas já compromissados estão resumidos conforme demonstrado a seguir:

continua

	Valor das CPRs		
	31/12/2010	31/12/2009	1º/12/2009
Café	55.093	51.989	78.922
Soja	44.548	28.579	16.035
Algodão	64.431	1.234	29.928
Milho	775		
	164.847	81.802	124.885
Instrumentos financeiros derivativos - opções	(74.327)	(12.179)	13.945
Instrumentos financeiros derivativos - termo			16.419
	90.520	69.623	155.249

23. Garantias

Existem garantias prestadas pela Companhia a instituições financeiras, em montantes equivalentes às operações realizadas, relativas às seguintes operações:

	Tipo de garantia	2010	2009
Crédito rural	Carta de fiança	116.422	167.279

24. Cobertura de seguros

A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros, a Companhia mantinha, em 31 de dezembro de 2010, cobertura de seguros contra riscos operacionais (estoques, bens do ativo permanente, lucros cessantes, entre outros) no valor de R$ 1.200.000 (2009 - R$ 1.300.000), e cobertura de seguros contra riscos de responsabilidade civil no valor de R$ 2.603 (2009 - R$ 3.066).

25. Compromissos

Os compromissos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos:

	2010	2009
Imobilizado	28.255	44.359
	28.255	44.359

26. Adoção dos CPCs pela primeira vez

26.1 Base da transição

26.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43: As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras. A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

26.1.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia: A Companhia optou por aplicar a isenção e, portanto, reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados decorrentes de obrigações de aposentadoria cumulativamente em 1º de janeiro de 2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 26.2(i). As isenções opcionais remanescentes não se aplicam à Companhia.

26.1.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia: A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

(a) Exceção da contabilização de hedge: A administração utilizou a contabilização de *hedge* a partir de 1º de janeiro de 2009 somente nos casos em que a relação de *hedge* atendia aos critérios de contabilização de *hedge* do CPC 38 naquela data.

(b) Exceção das estimativas: As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"). As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois a Companhia não possuía transações com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros.
- Participação de não controladores.

26.2 Conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs: Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(a) Ajuste de obrigações de aposentadoria: A Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do CPC 37 e CPC 43. Dessa forma, as perdas atuariais líquidas cumulativas registradas contra o plano de pensão e as obrigações de aposentadoria de acordo com o BR GAAP antigo, foram reconhecidas em ajustes de avaliação patrimonial acumulados em 1º de janeiro de 2009. O mesmo ajuste aplica-se em 31 de dezembro de 2009.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia reclassificou o saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo para o não circulante. As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs nas seguintes datas:

- Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 (Nota 26.2.1).
- Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 (Nota 26.2.2).

26.2.1 Conciliação do patrimônio líquido em 1º janeiro de 2009

Ativo	De acordo com BR GAAP antigo	Reclassificações	Ajuste de obrigações da aposentadoria (a)	De acordo com novo BRGAAP
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	29.464	–	–	29.464
Contas a receber	1.416.064	–	–	1.416.064
Estoques	672.558	–	–	672.558
Impostos a recuperar	20.744	–	–	20.744
Instrumentos financeiros derivativos	28.778	–	–	28.778
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.210	(49.210)	–	–
Demais contas a receber	101.181	–	–	101.181
	2.317.999	(49.210)	–	2.268.789
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicação financeira vinculada	3.783	–	–	3.783
Plano de pensão	59.507	–	89.718	149.225
Imposto de renda e contribuição social diferidos	356.543	49.210	(7.967)	397.786
Impostos a recuperar	4.155	–	–	4.155
Contas a receber	9.703	–	–	9.703
	433.691	49.210	81.751	564.652
Investimentos	2.049	–	–	2.049
Imobilizado	340.796	–	–	340.796
Intangível	18.511	–	–	18.511
	361.356	–	–	361.356
	795.047	49.210	81.751	926.008
Total do ativo	3.113.046		81.751	3.194.797

Passivo e patrimônio líquido	De acordo com BR GAAP antigo	Ajuste de obrigações de aposentadoria (a)	De acordo com novo BRGAAP
Circulante			
Fornecedores			
No país	68.160	–	68.160
No exterior	26.448	–	26.448
Sociedades ligadas	319.997	–	319.997
Empréstimos e financiamentos	378.123	–	378.123
Salários e encargos sociais	112.867	–	112.867
Imposto de renda e contribuição social diferidos	660	–	660
Demais impostos e contribuições a recolher	36.282	–	36.282
Provisões diversas	175.170	–	175.170
Instrumentos financeiros derivativos	1.708	–	1.708
Demais contas a pagar	62.115	–	62.115
	1.181.530	–	1.181.530
Não circulante			
Provisão para contingências	387.294	–	387.294
Provisão para assistência médica	49.349	66.285	115.634
Empréstimos obtidos de sociedades ligada	370.594	–	370.594
Demais contas a pagar	22.544	–	22.544
	829.781	66.285	896.066
Patrimônio líquido			
Capital social	1.310.141	–	1.310.141
Ajustes de avaliação patrimonial		15.466	15.466
Prejuízos acumulados	(208.406)	–	(208.406)
	1.101.735	15.466	1.117.201
Total do passivo e patrimônio líquido	3.113.046	81.751	3.194.797

26.2.1 Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

Ativo	De acordo com BR GAAP antigo	Reclassificações	Ajuste de obrigações da aposentadoria (a)	De acordo com novo BRGAAP
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	13.168	–	–	13.168
Contas a receber	1.547.878	–	–	1.547.878
Estoques	526.395	–	–	526.395
Impostos a recuperar	43.134	–	–	43.134
Instrumentos financeiros derivativos	27.696	–	–	27.696
Imposto de renda e contribuição social diferidos	70.662	(70.662)	–	–
Demais contas a receber	74.959	–	–	74.959
	2.303.892	(70.662)		2.233.230
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicação financeira vinculada	4.156	–	–	4.156
Plano de pensão	67.436	–	79.183	146.619
Imposto de renda e contribuição social diferidos	372.293	70.662	2.389	445.344
Impostos a recuperar	5.647	–	–	5.647
Contas a receber	25.853	–	–	25.853
	475.385	70.662	81.572	627.619
Investimentos	2.411	–	–	2.411
Imobilizado	358.710	–	–	358.710
Intangível	18.701	–	–	18.701
	379.822	–	–	379.822
	855.207	70.662	81.572	1.007.441
Total do ativo	3.159.099	–	81.572	3.240.671

Passivo e patrimônio líquido	De acordo com BR GAAP antigo	Ajuste de obrigações de aposentadoria (a)	De acordo com novo BRGAAP
Circulante			
Fornecedores			
No país	68.936	–	68.936
No exterior	14.420	–	14.420
Sociedades ligadas	274.089	–	274.089
Empréstimos e financiamentos	263.945	–	263.945
Salários e encargos sociais	93.325	–	93.325
Imposto de renda e contribuição social diferidos	597	–	597
Demais impostos e contribuições a recolher	16.164	–	16.164
Provisões diversas	218.209	–	218.209
Instrumentos financeiros derivativos	111.066	–	111.066
Demais contas a pagar	18.529	–	18.529
	1.079.280	–	1.079.280
Não circulante			
Provisão para contingências	139.207	–	139.207
Parcelamento de débitos fiscais (REFIS)	99.104	–	99.104
Provisão para assistência médica	56.456	86.209	142.665
Empréstimos obtidos de sociedades ligada	577.346	–	577.346
Demais contas a pagar	18.943	–	18.943
	891.056	86.209	977.265
Patrimônio líquido			
Capital social	1.310.141	–	1.310.141
Ajustes de avaliação patrimonial	–	(4.637)	(4.637)
Prejuízos acumulados	(121.378)	–	(121.378)
	1.188.763	(4.637)	1.184.126
Total do passivo e patrimônio líquido	3.159.099	81.572	3.240.671

Diretoria: **Presidente:** Theo van der Loo **Vice-Presidente Executivo:** Hans Christoph Von Podewils **Contador:** Paulo Ricardo Brehmer Serem - CRC (SP) nº 1SP 244234/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Bayer S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Bayer S.A.** (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Bayer S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 26 de abril de 2011

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Colombari
Contador
CRC 1SP195838/O-3